ROBERTO RODRIGUES

A pobreza das nações



Cabo Verde, belíssimo país da costa ocidental da África, é um arquipélago de origem vulcânica e paisagem lunar. Sem um único regato ou fonte, a água vem de poços artificiais – boa parte, salobra, tem que ser tratada – ou projetos de dessalinização da água do mar.

Ou chove pouquíssimo, três a quatro anos sem chuva, ou chove mais de 500mm de uma vez, formando voçorocas, valas chamadas ribeiras onde há algumas árvores frutíferas. Mas falta água para irrigação.

Não há petróleo; quase tudo vem de fora: comida, gasolina, madeira (faltam árvores nativas), tecidos, ferro.

Lá vivem 400 mil pessoas pobres, extremamente gentis, cordiais, solidárias. Mais da metade são mulheres, pois os homens emigram para outros países, em geral africanos, de onde mandam dinheiro para a família. Essas remessas constituem a maior fonte de renda de Cabo Verde. Existem milhares de mães solteiras e grassa o analfabetismo, mas a democracia é tranqüila. A única coisa que sobra é o produto da pesca.

Sob as regras da globalidade econômica e do liberalismo comercial, uma empresa não competitiva está fadada ao fracasso. Quebra e desaparece.

Que acontece com um país ou regiões não competitivas dentro de um país? Quebram e desaparecem também? E o povo, suas raízes, cultura e etnia – desaparecem?

Não podemos aceitar de plano essa regra. Quem a inventou? De onde vem essa obrigação de ser eficiente, mesmo sem condições mínimas?

Adam Smith, mais que Ricardo, estabeleceu os princípios das vantagens comparativas. Mas como tratar a questão da pobreza das nações?

Existem soluções para Cabo Verde.

Cooperativas escolares, que na Malásia alfabetizam mais de 90% das crianças; cooperativas de crédito criariam poupanças para melhorar as condições habitacionais; cooperativas de trabalho produzindo energia a partir de moinhos de vento ou até de água das plantas de dessalinização financiadas por terceiros países; cooperativas de turismo gerariam empregos em pesca, mergulho, montanhismo, hotelaria.

A primeira questão a ser resolvida seria formar recursos humanos para esses projetos. A segunda, aporte de capital – sem viabilidade econômica, nem as cooperativas se sustentam. E recursos humanos treinados ou capital financeiro não brotariam por milagre da terra seca.

É preciso solidariedade. A globalização vem sepultando esse valor, assim como a eqüidade, a ética, o senso de justiça social. Em seu lugar florescem a ambição, a desigualdade, a idolatria do lucro, o salve-se quem puder.

É preciso resgatar a solidariedade inclusive entre as nações. Assusta que os países ricos estejam reduzindo o apoio aos pobres. Há um erro nisso tudo, uma grande contradição nessa absurda exclusão social que todos olham com piedade, sem agir – *porque ela vai destruir a democracia e a paz.*

É preciso solidariedade. A globalização vem sepultando esse valor, assim como a eqüidade, a ética, o senso de justiça social.

Mesmo as cooperativas que ajudariam Cabo Verde viveriam uma extraordinária contradição: teriam que ser muito eficientes e competitivas, para enfrentar a concorrência eventual e conferir eficiência e competitividade a seus associados.

É preciso reagir a essa insensatez da competitividade a qualquer custo: existem países e povos inteiros que precisam de tempo para chegar lá. Não podem ser massacrados pelo ocaso da solidariedade – porque então estaremos construindo um barril universal de pólvora cujo rastilho, a exclusão, já está aceso.

A boa notícia é que pessoas reagem, criam ONGs e fazem barulho nas Seattles e Pragas da vida. Mas não basta, porque não existe nesses movimentos uma única lógica.

É preciso que as sociedades pressionem seus governos a agir nos grandes organismos internacionais. A recriação da solidariedade – entre países, regiões de um mesmo país, classes sociais e pessoas – talvez seja um novo motivo para ressuscitar a ONU e suas organizações.

Roberto Rodrigues é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da ACI e da Abag e professor de economia rural da Unesp.